

MARIA MANUEL BAPTISTA | JOSÉ EDUARDO FRANCO
(COORDENAÇÃO)

QUANDO A CULTURA FALA MAIS ALTO: UM EXEMPLO QUE NOS INSPIRA

HOMENAGEM A LUÍS MACHADO DE ABREU



 EDIÇÕES ESGOTADAS

1.ª edição | dezembro, 2024

 EDIÇÕES ESGOTADAS

Lisboa | Porto | Viseu | Aveiro

www.edicoesegotadas.com

geral@edicoesegotadas.com

© 2024

Direitos reservados para Edições Esgotadas, Lda.

Título Quando a cultura fala mais alto: um exemplo que nos inspira
Homenagem a Luis Machado de Abreu

Coordenação © Maria Manuel Baptista
© José Eduardo Franco

Revisão de Texto Ana Maria Oliveira | Edições Esgotadas, Lda.

ISBN 978-989-9224-43-8

Impressão e Acabamento Alcina Print

Execução Gráfica Edições Esgotadas, Lda.

 **CLIC**
universidade de aveiro
centro de linguas, literaturas e culturas

 **fct** Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Esta publicação é financiada por fundos nacionais, através da Fundação para a
Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UIDB/04188/2020.

QUANDO A CULTURA FALA MAIS ALTO: UM EXEMPLO QUE NOS INSPIRA

—

Homenagem a Luís Machado de Abreu

Coordenação

Maria Manuel Baptista | José Eduardo Franco

Para uma leitura de *Portugal Anticlerical*

Lídia Machado dos Santos [0000-0002-1988-9183]
lidia.flavie@ipb.pt

Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de
Bragança, Escola Superior de Educação de Bragança, Portugal.

Resumo

Portugal Anticlerical: Uma História do Anticlericalismo (2019) de Luís Machado de Abreu é uma obra esclarecedora e um contributo fundamental para a compreensão de um período conturbado, política, religiosa e socialmente, que se estendeu entre o fim do regime monárquico e o estabelecimento da I República, em Portugal. Como surge o pensamento anticlerical e onde assentam os seus fundamentos? Como se manifesta a chamada “Intolerância anticlerical”? Pretende-se refletir, brevemente, sobre essas questões, bem como sobre o pensamento e os valores veiculados por alguns dos seus mais fervorosos defensores, nomeadamente Guerra Junqueiro, um dos retratos literários descerrados por Machado de Abreu.

Palavras-chave: *Portugal Anticlerical*, I República, Junqueiro, Igreja Católica.

Introdução

A temática religiosa reveste-se, possivelmente, em todos os períodos da História de Portugal, de crucial importância, uma vez que arrasta consigo questões de natureza política e social. O período em que surge o despontar do anticlericalismo – aspeto também amplamente discutido pela Literatura Portuguesa ao longo dos séculos –, apresenta-se, sem dúvida, como um período marcante no seio da sociedade portuguesa, atendendo ao contexto social e político em que surge: a segunda metade do século XIX, durante a qual despontam outras questões entre os autores, por exemplo, aqueles que a História apelidaria de *Geração de 70*.

Machado de Abreu, (2019), em *Portugal Anticlerical: Uma História do Anticlericalismo*, obra inspiradora para a elaboração deste trabalho e cuja leitura se afirma crucial no que à temática do anticlericalismo respeita, destaca a necessidade de o país despertar, referindo-se à “instauração do anticlericalismo como acontecimento sociopolítico e, de certo modo, como facto social”, uma vez que ocorrem as condições propícias para que tal ideologia se manifeste e congregue “paixões e militâncias persistentes à volta de alguns temas objetiva e socialmente relevantes, como a liberdade, o ensino, a ciência, a separação entre o político e o religioso, a laicidade e outros” (p. 40). É, pois, claro que a “Revolução Industrial, ao introduzir novos modos de produção, determina o aparecimento rápido de transformações no ritmo de vida, na organização urbana, que originam, por sua vez, novas sociabilidades e novos problemas sociais” (p. 111). Na esfera religiosa, segundo Machado de Abreu, a “transição de padrões de vida pautados por valores do mundo rural para a sociedade urbana e industrial expõe o espírito cristão tradicional a uma erosão de consequências cheias de incertezas”. Isto significa que, progressivamente, as “velhas tradições portuguesas” (p. 111) vão sendo questionadas e, acima de tudo há a “convicção de que a modernização da sociedade e da vida política não pode realizar-se em profundidade se continuarem a ser mantidas as relações tradicionais entre as duas instituições [Igreja e Estado] e a religião católica conservar e estatuto constitucional oficial de religião da nação portuguesa” (p. 45).

Vejamos também outras opiniões no que concerne a este assunto. Por exemplo, no entender de Antero de Quental (texto publicado em 1926), o final do século XIX foi a “idade de transformação dolorosa, de ceticismo, de abaixamento moral, de descrença” e, consequentemente, continua o autor, “há toda uma humanidade em dissolução, de que é preciso extrair uma humanidade viva, sã crente e formosa” (p. 57).

Ainda de acordo com o autor, é então necessário “mostrar os caminhos encobertos do bem, responder às necessidades morais do tempo; dar um alimento sadio e forte à ânsia, à fome e sede de saber e sentir” (p. 57). Ao referirmo-nos a Antero, é inevitável associarmos o seu nome às *Conferências do Casino* e à análise minuciosa que o autor faz das *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*.

No entender de Carvalho (2017), “além de profundamente antijesuítica, esta conferência apresenta-se profundamente anticlerical e mesmo anticatólica, acabando por contribuir para a suspensão, como se viu, por parte das autoridades, das restantes conferências agendadas” (p. 288).

Pinho (2003) corrobora a posição de Antero de Quental, assinalando a problemática do religioso como “um núcleo maior das questões em discussão” entre alguns escritores do século XIX, nomeadamente Eça, Herculano, Antero, Gomes Leal e Junqueiro, numa época claramente marcada pelos “valores da Revolução Francesa, [...], pela revolução liberal, pela *Geração de 70* e finalmente pela geração do Ultimato” (p. 371).

A propósito, em 1924, num trabalho intitulado “Política e Religião”, Coimbra afirma que “o problema religioso é o mais grave problema que pode assoberbar a vida duma sociedade”, uma vez que arrasta consigo razões de alta envergadura como o “ressurgimento da própria confiança social, o acordar da crença em seus destinos na alma dum povo em dissolvente e mortal ceticismo” (p. 166).

Nesta mesma linha de pensamento, Catroga (1988) defende que *se quisermos perceber o modo como o militantismo laicista das últimas quatro décadas do século XIX e princípios do século XX a equacionou [questão religiosa], teremos de qualificá-la como sendo filha de um eclectismo antirreligioso, pois pensamos que o enquadramento cientista que a fundamentou lhe conferiu uma indiscutível unidade, ainda que compatível com uma grande diversidade de expressões* (p. 211). E, a sublinhar esta ideia (de “um eclectismo antirreligioso” de Catroga), Coimbra (1924) declara mesmo que a “inércia religiosa foi abalada e um renascimento de vida religiosa foi a primeira consequência da política republicana, no fundo [...] inimiga da Religião que fustigara para o despertar” (p. 168). Nery (2017) afirma que “na comparação com outras nações europeias, o projeto de modernizar Portugal também passava pelo crivo religioso”, ou seja, “o Catolicismo representava atraso não só por conta da atuação hipócrita do clero, mas também pela própria tradição doutrinária e a participação histórica da Igreja Católica na formação da nacionalidade portuguesa” (p. 165).

É, pois, neste contexto em que “a calíça da Igreja [é] erguida, arremessada pelo vento da ironia; [em que] a mentira do amor supurando as íntimas gangrenas” que Cidade (1945) proclama que a ideia diretriz do século XIX é a *Revolução*, uma revolução que se estende (necessariamente) à literatura, uma vez que, no entender de Antero de Quental (1926) *nunca literatura alguma teve obrigação de ser elevada, grave, séria, desambiciosa, como a literatura deste povo decadente, cujas últimas misérias aí estão para inspirar a compaixão ou o desespero, a dedicação ou a blasfémia, o amor ou o insulto, – tudo, menos os pequenos sentimentos do interesse pessoal e da vaidade*. (p. 57)

Posto isto, e nas palavras de Junqueiro, “a arte revela tão profundo o nosso ser que nos faz conhecer melhor a nós mesmos do que nos conhecemos pela inteligência e pela consciência” (Grave, 1917, p. 528).

A temática anticlerical em *A Velhice do Padre Eterno*

Machado de Abreu postula algumas ideias sobre a temática do anticlericalismo que não devem passar incólumes, dada a sua importância no campo religioso e no campo social, entre o final do século XIX e XX.

Vejamos. No subcapítulo “O anticlericalismo nos séculos XIX e XX” (pp. 108-110), o autor reitera o que aconteceu em Portugal a partir da segunda metade do século XVIII, ou seja, “uma forma particularmente agressiva de anticlericalismo político, representado por doutrinas e práticas de governação e relacionamento com a Igreja consubstanciadas no pombalismo”. Perante esta certeza, o autor refere-se à orientação anticlerical do ministro de D. José e de

Afonso Costa sem descuidar o respeito pela doutrina e pelos dogmas que Sebastião de Carvalho e Melo nunca abandonou durante a sua governação.

Para além deste marco, o autor chama a atenção para o “movimento ideológico no sentido da separação da Igreja do Estado”, cuja concretização ocorreu a partir de 1911, já com a República. Quer isto dizer que, se por um lado, no século XVIII, “Pombal baseia as suas decisões no poder soberano e absoluto do monarca”, por outro lado, a “República de Afonso Costa se reclama democrática e fundada na representação parlamentar da vontade do povo”. Esta “proeminência do valor da democracia”, tal como é designada por Machado de Abreu, será a via através da qual “militará o anticlericalismo político como veículo de emancipação das consciências individuais e experiência de cidadania”.

Posto isto, no subcapítulo seguinte, “Novos horizontes ideológicos e sociais” (pp. 110-115), o autor refere-se às ruturas que o anticlericalismo estabelece com os modelos vindos do passado, isto é, a “instauração do anticlericalismo como acontecimento sociopolítico e, de certo modo, como facto social total”. O que motivou estas alterações? Desde logo o surgimento da Revolução Industrial e as suas variadas transformações sociais, laborais e familiares. No que concerne ao plano religioso, verifica-se que “a transição de padrões de vida pautados por valores do mundo rural para a sociedade urbana e industrial expõe o espírito cristão tradicional a uma erosão de consequências cheias de incertezas”. Incertezas no que respeita à manutenção “das velhas tradições portuguesas”.

Além dos ventos soprados pela Revolução Industrial, o autor menciona também as lutas que contribuíram para a instauração do regime de Monarquia Constitucional que arrastaram consigo um “contributo decisivo para a criação de uma mentalidade mais aberta e descomprometida com a transmissão mecânica e rotineira de ideias e costumes seculares” e, por sua vez, o pensamento liberal que vem pôr em causa poderes absolutos, contra os quais “se vai exercer o processo ideológico da liberdade”. É neste ambiente de crítica profunda a “formas instituídas de vigilância e de poder que limitam e atrofiam a vida das consciências” que a Igreja é observada como uma “forma de poder que, sob vários aspetos, faz concorrência aos projetos liberais”, uma vez que, sublinha o autor, o que “a Carta de 1826 consigna no seu artigo 6.º é precisamente a Igreja Católica Romana como Religião da nação portuguesa”. Contudo, as medidas de rompimento surgiram em 1834 pela mão de Joaquim António de Aguiar, a par com o avanço da “irradiação dos grandes ideais do racionalismo das Luzes com a crítica das crenças religiosas”, sem minimizar as ideias socialistas e a mentalidade cientista e evolucionista e, no seio destas, o positivismo como “uma nova visão do mundo e do homem subordinada à operacionalidade estruturante dos princípios do conhecimento científico”. O autor conclui o subcapítulo afirmando que é “neste contexto de crise de referentes culturais e de mudanças profundas da existência social e política que adquire pleno sentido o movimento anticlerical português nos últimos dois séculos”.

Em “Tempos fortes das políticas anticlericais” (pp. 115-120), direcionamos a nossa atenção para o período entre 1871 e 1900 por aí se centrarem as *Conferências Democráticas* do Casino Lisboense (1871) e a publicação de *A Velhice do Padre Eterno* (1885), de Guerra

Junqueiro, que participa em todas estas questões. Contudo, cabe aqui destacar o ponto de vista de Machado de Abreu, mais adiante, sobre Junqueiro e a sua obra *no essencial, limita-se a invetivar e agredir os homens da Igreja e a mostrar alguma sensibilidade humanitária para com as vítimas, os pobres, isto é, os simples, os iludidos, os frustrados. O conteúdo doutrinal desta mensagem junqueiriana é, de facto, muito limitado, porque a grandiloquência e sonoridade da sua proclamação satírica não a tornam superficial ou epidérmica [e talvez por isso] a mensagem não passa despercebida, sente-se como um choque, mas duvido que penetre em profundidade nos corações e sobretudo nas inteligências.* (p. 294)

No entanto, é em *Os Simples* que são “celebrados os valores de um certo Portugal rural”, a imagem de um país “profundo, impregnado de espírito cristão, o Portugal dos pobres, dos simples, o Portugal que mourejava e sentia imensas dificuldades para sobreviver” (p. 295).

Assim sendo, será possível retirar *Os Simples*, obra publicada logo após o Ultimato inglês, daquele cenário de crítica social e religiosa? Na ‘Nota’, (Carvalho, 1972), que encerra a obra pode ler-se *engana-se quem entre Os Simples e a Velhice do Padre Eterno descobrir porventura contradições. Este lirismo é o reverso daquela sátira. Aquela indignação é o comentário desta*

elegia. O cristianismo d'Os Simples é o inocente e meigo cristianismo popular, feito com a ignorância absoluta do dogma e com a intuição humana dos Evangelhos. [...] as minhas antigas opiniões religiosas, em vez de se modificarem, acentuam-se cada vez mais. Redobra em mim, com um desenvolvimento progressivo de misticismo naturalista, a aversão e a hostilidade à igreja católica, grosseira fórmula materialista do transcendente e divino espírito de Jesus. (pp. 916-917).

Considerações finais

Em 1926, Navarro escreve em *A Batalha* que “o solitário da «Barca de Alva» foi sempre um panteísta, um crente no espírito divino – nunca na manifestação grosseira incarnada na pessoa grotesca do Padre Eterno” e acrescenta que “Junqueiro não se rendeu à Igreja como o proclamam os Católicos” (p. 4). Em 1925, na mesma publicação, Lima diz que “na aldeia, principalmente na aldeia, o padre é a única criatura que prepara o coração e o cérebro dos aldeãos; é o seu guia incontestado, é o seu mentor indiscutível./ Que lhes ensina ele?/ Nada./ Em troca, que recebe?/ Tudo: desde o pão que come à casa que habita, desde a sotaina que enverga até aos vícios que a ociosidade engendra” (p. 4).

Não nos parece, pois, um ato imbuído de grande dificuldade se tentarmos estabelecer um paralelo com, por exemplo, o poema ‘A sesta do sr. Abade’ integrado em *A Velhice* quarenta anos antes, o que significa que a população continuava a precisar de se libertar do jugo religioso imposto ao longo de vários séculos e de avançar rumo às ideias novas provenientes da Europa. Após a reflexão que temos vindo expor, fruto, sobretudo, da leitura de *Portugal Anticlerical: Uma História do Anticlericalismo* de Machado de Abreu, e na qual inserimos outros autores, bem como uma breve comparação entre *A Velhice do Padre Eterno* e *Os Simples* (obras também destacadas por Machado de Abreu) e o ideário de ambas no que concerne à questão religiosa, é verdade que o ambiente anticlerical em Portugal se estendeu ao longo de vários anos e foi tema de preocupação entre a população portuguesa mais avisada. Fica claro, acreditamos, embora outras leituras devam ser feitas, que o país ansiava por avançar em todas as suas vertentes, sobretudo na vertente religiosa, uma vez que dispunha de grande influência junto dos mais afastados dos centros urbanos ou dos iletrados. Talvez o país precisasse de seguir ao “toque, toque” de ‘A Moleirinha’ – “fresca como o branco linho”, (Carvalho, 1972, p. 871).

Referências

- Carvalho, José (2017). Anticlericalismo/anticatolicismo e clericalismo/catolicismo em Portugal nas vésperas da I República (1881-1910) –breve panorâmica histórico. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*,(20), 283-311.
- Catroga, Fernando (1988). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, XXIV(100), 211.
- Cidade, Hernâni (1923). A obra de Junqueiro na evolução literária do seu tempo. *A Águia*, III (13-14), 70-79.
- Coimbra, Leonardo (1924). Política e Religião. *A Águia*, IV (23-24), 166-168.
- Grave, João (1917). Guerra Junqueiro. *Atlantida: Mensageiro Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, V(19), 528.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *A Velhice do Padre Eterno*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Junqueiro, Abílio Guerra (1972). *Os Simples*. In Carvalho, Amorim (Org.), *Obras de Guerra Junqueiro*. Lello & Irmão Editores.
- Lima, Cristiano (1925). A fé dos Simples. *A Batalha: Suplemento Literário Ilustrado*, II(104), 4.

Machado de Abreu, Luís (2019). *Portugal Anticlerical: Uma História do Anticlericalismo*. Gradiva.
Navarro, Eugénio (1926). Guerra Junqueiro. *A Batalha: Suplemento Literário e Ilustrado*, III(137), 4.

Pinho, Arnaldo de (2003). Revelação e razão no pensamento do “Porto Culto” dos séculos XIX e XX:
Amorim Viana, Pascoaes, Sampaio Bruno, Basílio Teles. *Humanística e Teologia*, (24), 371-379.

Quental, Antero (1926). A Missão do escritor. *Seara Nova*, V(75), 56-57.

"O que torna o Professor Machado de Abreu verdadeiramente excecional são as qualidades que permeiam todo o seu trabalho e relações pessoais: um rigor intelectual inabalável, uma honestidade exemplar e um carinho genuíno por todos aqueles que o rodeiam. Estas virtudes não só definem a sua carreira académica e de gestão, mas também moldam o carácter daqueles que têm a sorte de trabalhar sob a sua orientação."

In Prefácio

"Assim, no estudo como na vida, Luís Machado de Abreu apresentou-se como um conciliador de pontos de vista e de horizontes de compreensão, sem deixar de propor caminhos próprios para entender o ser humano, como ser cultural situado no contexto de cada tempo, e o resultado da sua ação no plano da aventura da construção pluriforme de cultura."

In Posfácio



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



cllc

universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas



EDIÇÕES ESGOTADAS

ISBN 978-989-9224-43-8



9 789899 224438